

EUROPA



António Costa

Editorial

Aproximar a Europa dos cidadãos

Iniciamos hoje a edição do suplemento EUROPA no ACÇÃO SOCIALISTA. Uma vez por mês aqui nos reencontramos com os militantes socialistas para debater a Europa e prestarmos contas do mandato que exercemos. Ao Acção e, em especial, ao seu director, Augusto Santos Silva, agradecemos a disponibilidade que tiveram para nos acolher. A acção da União Europeia é hoje determinante para 450 milhões de cidadãos europeus. O espaço da acção política não pode limitar-se ao estreito quadro das fronteiras nacionais, nem a dimensão democrática da União contentar-se com eleições quinquenais para o Parlamento Europeu. É essencial aproximar o debate das questões europeias dos cidadãos e assegurar a sua participação no quotidiano da vida da União. A União não é uma entidade estranha que decide por nós. A União é o espaço no qual nós decidimos em conjunto com os demais cidadãos da Europa.

Este é um dos grandes desafios que se colocam aos partidos políticos, o de serem capazes de organizar uma cidadania activa, também no plano europeu. Temos de assumir este desafio desde o início deste novo mandato, sob pena de dentro de cinco anos nos estarmos a lamentar perante as taxas de abstenção. A política não vive do comprazimento, mas da determinação em mudar as coisas.

Definimos como prioridade reforçar a ligação com os cidadãos, os militantes e as estruturas do partido. O EUROPA chegará mensalmente a todos os militantes com o ACÇÃO SOCIALISTA. Semanalmente enviamos a newsletter digital INFOEUROPA para uns (já) largos milhares de e-mails, e esperamos continuar a alargar o universo de destinatários, para o que contamos com a sua ajuda. Diariamente actualizamos no nosso SITE as informações do dia a dia. Brevemente esperamos começar a editar monografias temáticas nos CADERNOS EUROPA.

Esta semana iniciamos o programa NA EUROPA COM OS PORTUGUESES, com o qual pretendemos realizar visitas de trabalho periódicas a todos os distritos e regiões autónomas, em programas organizados pelas Federações, cujo empenho saudamos com entusiasmo.

Na agenda europeia estão colocadas grandes questões estratégicas, da ratificação do novo Tratado, às Perspectivas Financeiras 2007-2013, passando pela abertura de negociações para a adesão da Turquia. Mas na ordem do dia estão também para decisão do Parlamento Europeu propostas que terão profundas e imediatas consequências na vida dos cidadãos e das empresas. Do horário de trabalho aos novos limites do seguro automóvel, dos direitos dos arguidos em processo penal à liberalização do fabrico de peças sobresselentes.

Informar, debater, contribuir para a participação democrática no processo de decisão na União, esta é a missão do EUROPA. Para que continuemos a exercer o nosso mandato, consigo!

UE renasce em Roma com assinatura da Constituição

Vinte e cinco Estados-membros da União Europeia assinaram no passado dia 29 de Outubro, no Capitólio de Roma, o novo Tratado que institui uma Constituição para a Europa. Foi um momento de enorme significado na história da construção europeia, com importantes reflexos no funcionamento da União, na sua coesão interna e na sua projecção no mundo.

O novo Tratado Constitucional substitui todos os anteriores tratados e traz um novo fôlego à União, adaptando-a às novas exigências do mundo moderno globalizado, criando um novo equilíbrio de poderes entre o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia, o Conselho e os parlamentos nacionais, tornando assim as instituições mais adequadas, eficazes, transparentes e democráticas.

Tiveram direito a discursar naquela cerimónia solene o presidente da Câmara de Roma, que acolheu o evento, o primeiro-ministro irlandês, que conseguiu encerrar as difíceis negociações durante a presidência do seu país, em 18 de Junho, o presidente do Governo italiano, o actual presidente da Comissão Europeia e o presidente do Parlamento Europeu, o socialista espanhol Josep Borrel. Esteve também presente o ex-presidente francês Giscard d'Estaing, que presidiu aos trabalhos da Convenção Europeia, que ao longo de ano e meio discutiu e elaborou o Tratado com um contributo tão alargado e participado como nunca antes se registara na preparação de textos desta natureza.

Na Convenção participaram diversos socialistas portugueses: Luís Marinho em representação do Parlamento Europeu; Alberto Costa e Guilherme de



Oliveira Martins em representação da Assembleia da República; António Vitorino em representação da Comissão Europeia; e João Cravinho em representação dos parceiros sociais.

Como disse o presidente do Parlamento Europeu, Josep Borrel, é agora necessário fazer um grande esforço para explicar aos cidadãos o significado desta Constituição: "Falemos aos cidadãos da Europa e da sua razão de ser que, ontem como hoje, é fundamental para enfrentar os desafios do terceiro milénio melhor do que algum país o poderia fazer sozinho", disse.

A importância do novo Tratado

Depois de ratificado por todos os Estados-membros, como se deseja, prevê-se que o Tratado entre em vigor em 1 de Novembro de 2006. Para o Partido Socialista, este Tratado é fundamental para que a União Europeia funcione melhor e possa trazer mais progresso e estabilidade para todos os europeus. Por isso irá empenhar-se na campanha do "SIM" ao referendo, que em Portugal deverá realizar-se no primeiro trimestre de 2005.

Para Sérgio Sousa Pinto, membro da Comissão das Liberdades Cívicas e Assuntos Internos do Parlamento Europeu, a Constituição apresenta várias vantagens para a União e para os europeus. A primeira, é porque torna a União Europeia mais eficaz numa altura em que, com o alargamento a dez novos membros, poderia ficar virtualmente paralisada. Em segundo lugar, a profunda reorganização e simplificação dos Tratados facilita a sua compreensão pelos cidadãos. Em terceiro lugar, torna vinculativa a Carta dos Direitos Fundamentais, obrigando as instituições comunitárias e os Estados-membros a respeitarem um conjunto diversificado de direitos económicos, sociais e de cidadania. Por fim mas não menos importante,

está o facto de serem apresentados como objectivos da União Europeia o crescimento económico e o pleno emprego, neste caso pela primeira vez, e de abrir caminho para a protecção dos serviços públicos. A União Europeia terá também maior capacidade para intervir no mundo e afirmar as suas posições perante os grandes blocos políticos e económicos, como os Estados Unidos, a China ou a Índia.

Com a nova Constituição, a União Europeia será mais democrática, transparente, mais próxima dos cidadãos e eficaz na tomada de decisões e na implementação das suas políticas, que serão adoptadas sempre tendo em conta os princípios da coesão económica, social e territorial de todo o espaço comunitário.

Sobre estes temas ver também «Que Constituição para a União Europeia - Análise do projecto de Convenção», de Guilherme d'Oliveira Martins, edição Fundação Mario Soares/Gradiva, e «Na Convenção Europeia - Posições, argumentos, debates», de Alberto Costa, edição do Grupo Parlamentar do PS.

EURODEPUTADOS OUVEM O PAÍS NA SEXTA-FEIRA, DIA 12

António Costa e Manuel dos Santos – Programa em Beja. Reunião com presidente do NERBE, às 9,30, com entidades gestoras de fundos comunitários, às 11,00, e almoço com autarcas e dirigentes do PS, 13,00.
Capoulas Santos e Jamila Madeira – Programa no distrito de Vila Real. Início com almoço na Reitoria da Universidade de Trás-os-Montes; conclusão, às 21,30, com uma sessão pública, em Alijó, para discutir as perspectivas financeiras 2007-2013.

Elisa Ferreira e Fausto Correia – Programa no distrito de Santarém. Início às 16 horas com um encontro com empresários do Concelho de Ourém; conclusão às 21 horas com um jantar debate sobre o QCA IV.

Emanuel Jardim Fernandes e Sérgio Sousa Pinto – Programa no distrito de Viana do Castelo. Início às 14 horas nos Estaleiros Navais; conclusão com plenário de militantes no C. C. de Paredes de Coura.

Edite Estrela e Francisco Assis – Programa no distrito da Guarda. Dedicado ao tema da saúde. Encontros com a presidente da Câmara da Guarda e representantes das Ordens dos Médicos e dos Enfermeiros.

Paulo Casaca e Ana Gomes – Programa no distrito de Aveiro. Início às 10 horas no Centro Tecnológico do Calçado, em S. João da Madeira e conclusão em Ilhavo, num encontro com a Direcção dos Armadores de Pesca.

A Europa vista de Portugal

O momento europeu Antecipando a Constituição?

Enquanto se aproximam as consultas parlamentares e populares que vão preceder a entrada em vigor do Tratado que institui uma Constituição para a Europa, a vida política europeia ensaia uma espécie de antecipação parcial do projecto constitucional. É uma antecipação nem sempre virtuosa, mas o saldo é positivo e a perspectiva estimulante. A indigitação para o cargo de Presidente da Comissão Europeia efectuada a seguir às eleições europeias foi feita tendo em conta os resultados eleitorais globais (como o estabeleceu agora o texto constitucional proposto). Mas a escolha recaiu sobre o presidente de um partido que perdeu expressivamente as eleições no seu país e sobre uma personalidade que não tomara parte nelas como candidato a tal posição. Se a escolha foi feita dentro da família política europeia legitimada para o efeito, a partir daí o princípio do respeito pelos resultados eleitorais foi sacrificado. A escolha de um presidente-surpresa, invisível e imprevisível como candidato no período anterior à indigitação pelo Conselho Europeu, pode relevar da diplomacia, mas é alheia ao espírito da democracia. Houve aqui, pois, uma antecipação parcialmente perversa. Mas há também uma lição que reforçará uma futura prática constitucional. No futuro, numa democracia europeia, os eleitores não podem ser surpreendidos pela indicação de um presidente-surpresa. Terão de saber antes da eleição quem são os candidatos e o que se propõem. Uma votação não relevante para a determinação da pessoa relevante nunca chegará a ser interessante.



Alberto Costa

O processo que conduziu à saída do comissário que o Presidente da Comissão eleito propunha para a área da Justiça e dos Assuntos Internos ilustra e antecipa também algumas das tendências presentes no tratado constitucional.

O Parlamento Europeu, e os seus equilíbrios políticos internos, alcançam, como agora se viu, um nível de relevância crescente nas escolhas europeias.

A área da Liberdade, Segurança e Justiça e, em particular, a dos direitos fundamentais e a defesa do princípio de não discriminação passam a assumir importância política crucial: a Europa releva não apenas na óptica do mercado e da coesão, mas também, e cada vez mais, na óptica dos direitos fundamentais.

Em torno de questões, ainda que institucionais, ligadas a esta área, vimos ser possível formar-se e exprimir-se uma opinião pública europeia, para não falar ainda do ambicionado "espaço público europeu", transversal em relação às fronteiras nacionais, e que em simultâneo se exprime seja no espaço europeu seja nos diferentes espaços nacionais.

Um Parlamento mais relevante no funcionamento da democracia europeia, uma União onde os direitos fundamentais não são menos graduados do que as regras da concorrência, um debate político reportado a valores compartilhados e susceptível de motivar a atenção e o interesse dos cidadãos do continente – eis alguns traços que integram o projecto constitucional que aí está para aprovação de povos e parlamentos.

A antecipação em curso atinge outros aspectos do projecto (é o caso entre outras da Agência Europeia de Armamento que está já a ser preparada). Os méritos e significados são diferenciados.

Mas seria bom que passassem à prática desde já, porque a isso nada obsta, antes pelo contrário, mudanças que estão previstas e que se revestem de grande alcance político, como por exemplo: o efectivo funcionamento de portas abertas do Conselho enquanto órgão legislativo; a remessa directa pela Comissão aos parlamentos nacionais de todas as propostas legislativas, para que estas pudessem passar a ser examinadas desde o primeiro momento na óptica da representação parlamentar nacional.

Estas antecipações, num período crítico para a avaliação do tratado constitucional, poderiam contribuir para tornar mais visível o alcance do novo texto – para facilitar a percepção do que se pode ganhar com ele.

Para argumentar a favor do Tratado constitucional é fundamental usar o seu próprio conteúdo. Mas sabemos como a matéria institucional é para muitos demasiado árida e as notícias sobre futuras inovações nesse campo não são muito excitantes.

A questão é pois: porque não se antecipam, quando isso é possível, as boas soluções consagradas no Tratado e as usamos para com elas ilustrarmos na prática os progressos que a democracia europeia dele pode esperar?

Algumas boas práticas poderão ser mais persuasivas do que muitos argumentos.

Socialistas portugueses nas perspectivas financeiras

"Os desafios políticos e os recursos orçamentais da União alargada" é a designação da Comissão Temporária do Parlamento Europeu para a qual foram eleitos os eurodeputados Paulo Casaca e Jamila Madeira, cuja missão será apresentar uma proposta legislativa e orçamental para o quadro financeiro a vigorar entre 2007 e 2013. Caberá também a esta Comissão elaborar uma estimativa dos recursos financeiros a afectar às despesas da União para aquele período e fixar a posição oficial do Parlamento Europeu para as futuras negociações entre instituições comunitárias nesta matéria. Paulo Casaca, membro da Comissão do Controlo Orçamental, afirma que são muitos os desafios que a União Europeia tem pela frente, sendo que um dos maiores é fazer corresponder o orçamento à Agenda de Lisboa.

Neste contexto, além dos objectivos ligados à Estratégia de Lisboa, Jamila Madeira destaca também a necessidade de serem bem integrados os dez novos membros, o que nunca se fará com recursos financeiros insuficientes, bem como as necessidades decorrentes das novas fronteiras externas da União Europeia em virtude do

alargamento, sendo fundamental implementar parcerias que promovam o desenvolvimento desses países terceiros, com particular destaque para a Turquia.

Para Paulo Casaca, a proposta de orçamento apresentada pela Comissão Europeia é um bom ponto de partida, correspondendo a alguns interesses que o nosso país tem em matéria de coesão económica e social. Porém, faz uma crítica dura ao Governo no que toca à agricultura. Neste âmbito, considera que o Governo tem perdido milhões de euros para o desenvolvimento rural e não está, por isso, em condições de reivindicar aumento de verbas à União Europeia. Quanto à Comissão Temporária, Jamila Madeira afirma que ela constitui um importante instrumento de negociação, que permite ao Parlamento Europeu ser também um parceiro para ir reajustando a implementação das políticas e orientações da União.

Refira-se que os eurodeputados Paulo Casaca e Jamila Madeira já haviam sido escolhidos, respectivamente, como relatores das comissões parlamentares das Pescas e do Emprego e Assuntos Sociais para o tema das perspectivas financeiras.

Opinião

Entradas de Durão, saídas de cordeiro

Assim se pode resumir o volte-face do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, diante do Parlamento Europeu, de 26 para 27 de Outubro passado. Num dia, teimoso e arrogante, a defender a sua proposta de Comissão com o controverso sr. Buttiglione indigitado para o cargo de Comissário da Justiça e Libertades. 24 horas depois retirando-a, a fim de evitar uma votação que seria desastrosa, se não mesmo fatal. Houve quem qualificasse de "inteligente" o volte-face que Barroso operou diante do PE. O que só sublinha a "burrice" da inflexibilidade anterior. Porque recuar "in extremis", mais do que da inteligência, releveu do instinto de sobrevivência, que Durão Barroso tem aguçado. O que lhe falta é coragem para romper a tempo com situações em apodrecimento, como aquela em que se - e nos - atascou na governação em Portugal: e fugas "in extremis" nunca são a melhor solução, sejam para a frente ou para trás.

Alguns dos nossos comentadores mediáticos, em assomo nacional-servilista, quiseram ver «visão estratégica» onde a gestão de Durão Barroso manifestamente falhara, «trunfo» onde havia derrota de um estilo confrontacional, «iniciativa» a quem acabara de revelar não ter verdadeiro poder, nem autonomia.

Mas o episódio não engrandeceu, antes voltou a revelar as dificuldades de Barroso em gerir crises, a par de lhe evidenciar a falta de escrupulos: de manhã ofendia os deputados críticos da sua proposta de Comissão, incluindo muito boa gente da sua própria família política, metendo-os no mesmo saco da extrema-direita anti-europeia; à tarde, segundo o "Le Monde" de 29 de Outubro, recebia deputados de Le Pen com a oferta dos votos necessários, levando alguns comissários a ameaçar demitir-se e Chirac a intervir para travar o negócio. Nada disto dourou a imagem de Barroso (e muito terá de trabalhar para a recuperar junto dos parlamentares europeus).

Alguém imagina um Delors a tolerar desafios provocatórios a valores fundamentais por um qualquer «glione» ou a negociar votos com Le Pen? Nestas diferenças reside o que, em última análise, faz uma Comissão forte ou fraca: a qualidade da liderança.

Não é o Parlamento Europeu, nem são realmente os governos representados no Conselho, quem determina se a Comissão é fraca ou forte, como pretendem todos aqueles que, desconcertados ou despeitados, se desforraram em acusações ao Parlamento Europeu, por estar pronto a exercer o poder democrático que lhe foi conferido - e afinal, nem precisou de votar...

Mas este episódio veio também confirmar que alguns governos europeus não querem realmente uma Comissão forte. Em especial os governos dos grandes países (bastou ver como a imprensa francesa e alemã se atiraram como gato a bofe ao Presidente Barroso, vingando-se das afrontas que ele terá infligido a aqueles países ao atribuir pastas «menores» aos seus comissários). Esses governos e o britânico só queriam um «capataz» para o seu «directório» - e por isso foram buscar Barroso, um PM de um país médio, a afundar-se por uma governação desastrosa, cada vez mais a divergir dos parceiros europeus. Um PM fresquinho de uma clamorosa derrota nas urnas.

O Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, não está em causa - ainda. E todos nós, portugueses, esperamos que não venha nunca a estar. Pela Europa e por Portugal, evidentemente. Mas para isso ele tem de ter aprendido a lição. Não basta a recomposição da proposta de Comissão para que passe no Parlamento Europeu. Tem de ter firmeza e exigência junto dos governos que o designaram, mostrando que quer ser Presidente a sério e não mero capataz do pretendido «directório». E para isso precisa de se apoiar no Parlamento Europeu e na legitimidade reforçada que só o PE lhe pode conferir e à Comissão. Porque é também disso que depende a Comissão forte de que a Europa precisa.



Ana Gomes

Reflexos da Imprensa

"Quando fui a Bruxelas no dia 5 de Setembro fiquei surpreendido por nunca ninguém lá ter ido explicar a venda do gás à EDP".

Ministro das Actividades Económicas, Álvaro Barreto, citado no Diário Económico, 4-11-2004

"Portugal não volta a convergir com a União Europeia antes de 2007. As últimas previsões da Comissão Europeia só vão até 2006 e mostram que, pelo menos até lá, o PIB *per capita* não vai parar de cair".

Expresso, 30-10-2004

"O Governo português recebeu uma dupla nota negativa de Bruxelas: a objectação ao projecto de concentração EDP/GDP e foi

aberto um processo de infracção a Portugal por não ter transposto as directivas sobre a liberalização dos mercados de electricidade e de gás natural".

Público, 14-10-2004

"Programas de Investigação e Desenvolvimento não faltam em Portugal. Mas não há meio de deixarmos a cauda da Europa no que toca à I&D. E perspectivas de uma maior aproximação com o resto da Europa ainda não se avizinharam".

Fórum Empresarial, Investigação e Desenvolvimento, suplemento do Público. 25-10-2004

"Portugal é o país da Europa com maior

taxa de incidência de tuberculose, um valor três vezes superior à média europeia".

Diário de Notícias, 26-10-2004

"CDS tem dúvidas sobre adesão da Turquia à União Europeia".

Título do Público, 14-10-2004

"Mota Amara crítica opositores da entrada da Turquia na União Europeia".

Título do Público 28-10-2004

"A única alternativa política para os Estados que não ratificarem a Constituição Europeia será deixar a União para não condenar os outros à impotência".

Mário Monti, ex-comissário europeu para a Concorrência, ao "La Republica". 25-10-2004

Parlamento Europeu derrota Barroso

O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, insistiu em levar até ao fim o seu braço-de-ferro com o Parlamento Europeu, recusando-se a alterar a distribuição das pastas atribuídas aos comissários indigitados, e acabou derrotado, sendo obrigado a adiar a votação, de forma a evitar que, pela primeira vez, um colégio de comissários fosse rejeitado.

O Grupo Socialista, o segundo mais forte do Parlamento Europeu, foi avisando Barroso que, depois da prestação de alguns comissários nas audições públicas, seria necessário proceder a alterações importantes. A teimosia de Barroso em deixar tudo como fora apresentado foi considerado "um erro muito grave" por parte do presidente do Grupo Socialista, Martin Schultz, que avisou o presidente da Comissão de que "seria muito difícil dar um voto de confiança" à composição proposta. Na mira do Parlamento Europeu estavam sobretudo quatro candidatos a comissário: o italiano Rocco Buttiglione, a letã Ingrida Udre, a holandesa Neelie Kroes e o húngaro László Kovács.

Logo após a audição na Comissão das Liberdades Cívicas de Rocco Buttiglione, devido às suas posições ultraconservadoras em matéria de homossexualidade, estatuto das mulheres e emigração e asilo, a Delegação Socialista Portuguesa afirmou em comunicado que a manutenção de Buttiglione "iria inquirar as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão ao longo dos próximos cinco anos" e constituiria "um retrocesso face às conquistas que se verificaram no decurso do mandato do comissário António Vitorino".

Os eurodeputados socialistas portugueses interpelaram Durão



Barroso exigindo-lhe que procedesse a uma ponderação séria e responsável da distribuição de pastas, sob pena de inviabilização do bom funcionamento do colégio de comissários".

"Sem o apoio sólido do Parlamento, a sua Comissão será sempre fraca", disse depois António Costa no hemiciclo de Estrasburgo na discussão sobre a votação do colégio de comissários.

Mas apesar dos avisos, Barroso manteve-se obstinado em não mudar nada, e acabou por perceber que afinal não tinha o apoio suficiente dos grupos políticos para que a sua proposta de comissão fosse viabilizada. Teve de acabar por reconhecer que se a votação tivesse lugar no dia previsto "o seu desfecho não seria positivo para as instituições europeias ou para o projecto europeu".

Como afirmou António Costa, dirigindo-se a Barroso, ao intervirm na votação da Comissão: "Interprete a rejeição, não como uma derrota pessoal, mas como um mandato claro para obter do Conselho uma nova Comissão que mereça o apoio do Parlamento Europeu".

Visto de Bruxelas Um fraco presidente



Manuel dos Santos

Quando no dia 22 do mês de Julho passado, o indigitado presidente da Comissão Europeia obteve 413 votos do PE e, com eles, a garantia da sua aceitação, muitos foram os que pensaram que a Europa, se tinha rendido às enormes "qualidades" do ex-primeiro-ministro português. Nada de mais errado, no entanto.

O Dr. Durão Barroso demonstrou, desde o início, que seria um fraco Presidente da Comissão Europeia e, por este motivo, não deveria ter merecido o apoio da maioria dos países da União.

A nomeação de Durão Barroso para liderar a futura Comissão foi da responsabilidade dos chefes de Governo europeus e, estes, sobretudo os mais poderosos, optaram por escolher uma personagem que não é mais do que o menor denominador comum para a gestão dos seus interesses.

A futura Comissão, na sua formulação inicial, é, portanto, o reflexo do novo poder dos conservadores e dos liberais da Europa. Foi isto que conduziu ao erro nas escolhas de alguns comissários e à arrogância, reiterada até ao último momento, de as defender e querer conservar.

Foi esta malformação à nascença que José Manuel Durão Barroso não foi capaz de entender, o que associado a uma errada avaliação do equilíbrio de poderes no triângulo institucional da União, conduziu ao resultado desastroso verificado no PE.

Depois da arrogância e da auto-suficiência mostradas no início, foi penoso assistir ao patético discurso de retirada da sua proposta de Comissão que o presidente Barroso proferiu quando todas as portas se lhe fecharam.

É provável que a nova Comissão Barroso (reformulada) venha a ser aceite proximoamente mas ficou evidente desde já que o futuro Presidente deixou de ser parte da solução e é, agora, a grande fonte do problema.

Não é assim seguro que a União Europeia tenha, nos próximos anos, uma Comissão forte - o que seria uma lástima nas circunstâncias actuais - mas é indispensável que exista um Parlamento que use totalmente os seus poderes e imponha o respeito que deve merecer do Conselho.

Para isso se concretizar foi importante o que se passou há 15 dias no Parlamento Europeu, que exerceu, na plenitude, os seus poderes de investidura, não cedendo à chantagem e até ao insulto que, em determinadas fases do processo, lhe dirigiu o presidente indigitado.

O que verdadeiramente esteve na origem da recusa da proposta da Comissão não foi apenas a desastrosa presença de Buttiglione e as suas infelizes declarações, mas também a ausência de competência demonstrada por alguns comissários, sobretudo quando associada a uma legítima dúvida sobre a sua honorabilidade.

Aparentemente o caso com o candidato italiano está resolvido, como também o estará o do candidato proposto pela Letónia, para o pelouro da harmonização fiscal. Falta, contudo, resolver a situação criada com a indigitação do húngaro Kovacs para a pasta da energia e, principalmente, o grave problema que resulta da eventual manutenção da holandesa Kroes à frente da concorrência.

De todo o modo e apesar disto o Conselho deu a Durão Barroso uma segunda oportunidade. Falta saber se ele a aproveitará de forma a estabelecer com o PE a relação de confiança que quebrou no debate do mês de Outubro.

Em Estrasburgo o que esteve em causa foi sobretudo o comportamento político de Barroso. Um comportamento político errado que deriva da sua errada concepção da União Europeia e do equilíbrio dos seus poderes institucionais, mas também do elevado grau de dependência, em relação ao Conselho Europeu, em que se deixou colocar.

Como foi referido no debate, "compreender a derrota é preparar a vitória". Sendo esta uma máxima maquista, espera-se que faça bom proveito e seja de grande utilidade para o ex-primeiro-ministro de Portugal.

Elisa Ferreira

Descontrolo do défice e da dívida é o pior de dois mundos para o País

A teimosia do Governo em relação ao défice torna muito mais difícil corrigir as dificuldades de crescimento que agora afectam a economia portuguesa. Além disso, como se não bastasse a incapacidade para controlar o défice, eis que agora o Governo está em vias de ultrapassar a dívida, que é "o pior de dois mundos", como afirma a eurodeputada Elisa Ferreira, membro da Comissão dos Assuntos Económicos do Parlamento Europeu.

A Comissão Europeia e o Governo acabaram por dar razão às propostas do PS de fazer uma leitura flexível do PEC. Não será agora mais difícil corrigir o erro?

Sim. Por dois motivos. Primeiro, porque a política seguida erradamente pelo Governo anterior levou a uma crise muito forte e, portanto, qualquer efeito de correcção é agora mais difícil do que se o tentássemos de forma equilibrada há dois anos. Em segundo lugar, porque há a tendência

para usar a margem de flexibilidade com fins eleitoralistas e não para pôr Portugal na senda do crescimento.

Que prioridades de investimento deve um PEC flexível ter em Portugal?

Um PEC mais flexível devia atribuir uma prioridade absoluta aos objectivos da Estratégia de Lisboa, que são os que permitem uma competitividade sustentada da economia portuguesa. Em particular todos os investimentos que permitem reduzir as ineficiências da nossa economia e que apostam na valorização dos recursos humanos e das suas competências.

Depois da obsessão défice com um PEC inflexível, o Governo está agora em vias de ultrapassar a dívida. Que consequências pode isto ter para a economia portuguesa?

Consequências muito graves, porque a dívida embora tendo sido desvalorizada é ainda mais importante que o critério do

defíce. A correcção da dívida foi feita de forma persistente e sustentada durante os governos do PS e o balanço final agora acaba por ser a agudização do problema do défice acrescido do descontrolo sobre o limiar da dívida, isto é o pior de dois mundos.

Como vê o facto de Durão Barroso ter defendido o PEC na sua versão estúpida (rígida) e agora ter de o aceitar como presidente da Comissão na versão inteligente (flexível)?

Durão Barroso já nos habituou a mudar de opinião conforme os seus interesses pessoais e o fato que vai vestindo. O Durão Barroso que vimos apresentar-se como candidato à presidência da Comissão Europeia não tem nada a ver com o Durão Barroso primeiro-ministro em Portugal, assim como não teve nada a ver com o Durão Barroso no período de campanha. Dançar conforme a música para atingir as suas ambições é neste momento a imagem de marca de Durão Barroso.

PORTUGAL A FICAR PARA TRÁS

Portugal está a ficar preocupantemente para trás em termos de desenvolvimento económico, disse a deputada Elisa Ferreira, após uma audição com o comissário Joaquín Almunia, responsável pelos Assuntos Económicos.

Os números revelados pelo comissário apresentam previsões de crescimento para a nossa economia de 2,2 por cento para 2005, ligeiramente acima da média da zona euro (2,0 por cento), mas "notoriamente insuficiente" tendo em conta a recessão verificada em 2003 e as prolongadas divergências de Portugal em relação à média comunitária.

Elisa Ferreira assinalou que os problemas da economia nacional passam também pelo fracasso dos objectivos de contenção do défice orçamental, que em 2003 terá sido de 5,3 por cento sem as receitas extraordinárias e com previsões de 4,9 por cento para este ano, pelo carácter estrutural com que passaram a ser entendidas as receitas extraordinárias (tais como as operações com os fundos de pensões) e ainda pelo aumento da dívida pública de 55,8 por cento em 2001 para valores que poderão vir a ficar próximos dos 63 por cento do PIB em 2006.

Eurosíntese

COMBATER A EXCLUSÃO SOCIAL FEMININA

A União Europeia devia adoptar medidas explícitas de combate à exclusão social feminina, já que as mulheres são sempre as mais prejudicadas, sobretudo quando há crises económicas ou sociais, defendeu no âmbito de uma discussão sobre o tema no hemiciclo de Estrasburgo a eurodeputada Edite Estrela, vice-presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Géneros do Parlamento Europeu. A eurodeputada considera que a adopção destas medidas poderia ser feita com o recurso a instrumentos como a Estratégia de Lisboa, "que deve ser objecto de uma leitura actualizada na perspectiva dos géneros e aplicada mais eficazmente no combate à pobreza".

JARDIM FERNANDES COORDENA ULTRAPERIFERIAS

O eurodeputado Emanuel Jardim Fernandes foi eleito coordenador de um novo grupo de trabalho informal do Parlamento Europeu exclusivamente dedicado às questões que dizem respeito às Regiões Ultraperiféricas. O objectivo do grupo, de que fazem parte eurodeputados da Madeira, Açores, Canárias e departamentos franceses ultramarinos, é contribuir para a defesa dos interesses das Regiões Ultraperiféricas e para a implementação das prioridades europeias naquele domínio. Por outro lado, o eurodeputado é o relator de um parecer para a Comissão dos Transportes do Parlamento Europeu que visa introduzir novas medidas que permitam combater de forma mais eficaz a criminalidade nos transportes internacionais.

AÇORES DEVE MANTER VERBAS NO PRÓXIMO QCA

A proposta do IV Quadro Comunitário de Apoio aponta para níveis de financiamento comunitário idêntico ao que os Açores beneficiaram nos últimos anos, afirmou o eurodeputado Paulo Casaca durante um ciclo de conferências sobre as "Perspectivas Financeiras 2007-2013", que teve lugar nas ilhas de São Miguel e Santa Maria nos passados dias 3 e 4. Na iniciativa participou, em representação da Direcção-Geral do Orçamento da Comissão Europeia, Anne Montagnon, que disse que os Açores, como região ultraperiférica, "continuarão a beneficiar das ajudas comunitárias".

CAPOULAS SANTOS CONVIDA ARMADORES

O eurodeputado Capoulas Santos, membro das comissões de Agricultura e das Pescas do Parlamento Europeu, convidou as associações de armadores de pesca do Norte e do Guadiana a participarem numa reunião com os membros da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, destinada a debater a proposta da Comissão para os planos de recuperação da pescada e do lagostim. Esta questão está actualmente em debate no Parlamento Europeu e poderá vir a ter um impacto negativo considerável sobre o sector das pescas em Portugal.

PERSPECTIVAS FINANCEIRAS EM DISCUSSÃO

Discutir o relatório sobre as Perspectivas Financeiras da União para o período 2007-2013 foi o objectivo de um debate promovido, no início deste mês, pela deputada Jamila Madeira com autarcas algarvios, que contou também com a presença do presidente da Federação do PS da região Miguel Freitas. A eurodeputada, membro da Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu, promoveu também o debate do mesmo tema com representantes sindicais.

ANA GOMES NA FAIXA DE GAZA

A eurodeputada Ana Gomes integrou uma delegação não oficial composta por 14 deputados do Parlamento Europeu que no princípio do mês efectuou uma visita a Telávie e a campos de refugiados na Faixa de Gaza, numa altura em que Yasser Arafat já tinha sido hospitalizado em França. Em Telávie, os eurodeputados reuniram com um dos promotores dos Acordos de Genebra (entre israelitas e palestinos) Yossi Belin, e, em Gaza, visitaram o campo de refugiados de Jabalia e a Rafah, onde a delegação teve encontros com membros da OLP. A deslocação dos eurodeputados terminou com a visita ao campo de refugiados de Al Amari.

Por outro lado, referência para o facto de Ana Gomes integrar um recém criado Intergrupo do Parlamento Europeu dedicado à liberdade de Imprensa.

PSF DISCUTE CONSTITUIÇÃO

O novo texto constitucional foi o tema que levou António Costa, Ana Gomes e Sérgio Sousa Pinto a Paris e a Nice, para participarem em diversos debates promovidos pelo Partido Socialista francês.

Audição pública

Directiva pode fazer baixar preço das peças para automóveis

Representantes do comércio independente de peças de automóvel, de seguradoras, dos fabricantes, dos consumidores e dos sindicatos foram unânimes em considerar que a proposta de Directiva da Comissão Europeia sobre Protecção de Desenhos e Modelos, que pretende acabar com o monopólio dos construtores de automóveis no fabrico e comercialização de peças sobresselentes, será benéfica para dinamizar o sector, criar novos postos de trabalho e baixar os preços ao consumidor.

Estas posições foram assumidas durante uma audição promovida pelo presidente da Delegação Portuguesa no Parlamento Europeu, António Costa, membro da Comissão do Mercado Interno, que pretendeu pôr à discussão, alertar para as mudanças no sector e recolher contributos para o debate daquela proposta de Directiva que começará a ser discutida no início de Dezembro.

Esta audição, em que também esteve presente o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto, insere-se, segundo António Costa, numa prática que os eurodeputados socialistas pretendem tornar corrente, que é a discussão conjunta de directivas ou outros documentos comunitários que tenham repercussões em sectores da actividade económica e social portuguesa.

É o caso daquela proposta de Directiva, aprovada no passado dia 14 de Setembro, já que, ao pôr termo ao monopólio dos construtores de automóveis no que se refere



ao fabrico e comercialização de peças sobresselentes, vai permitir que quaisquer empresas independentes também o possam fazer e assim expandir a actividade do sector e ter facilitado o acesso a outros mercados.

Os representantes do sector automóvel, que agora têm o monopólio do fabrico e comercialização das peças, manifestaram as suas preocupações de um eventual aumento do desemprego e da quebra da qualidade das peças produzidas num sector liberalizado. No entanto, aquelas preocupações foram contraditas pela maioria dos representantes que participaram na audição, que de uma maneira geral consideraram que a livre concorrência virá beneficiar o consumidor sem pôr em causa a qualidade técnica e a segurança das peças vendidas.

Um dos representantes da Associação dos Fabricantes da Indústria Automóvel considerou que a liberalização desta actividade permitirá um crescimento do sector das peças

sobresselentes, com o conseqüente ganho em termos de emprego e de vantagens para os consumidores. Esta foi também a posição do representante da Deco, que afirmou que a liberalização será fundamental para fazer baixar os preços, já que ao valor total de veículo se acrescenta ainda mais cerca de metade deste montante em revisões e reparações.

Também um representante das seguradoras considerou que a liberalização do mercado poderá, no mínimo, impedir aumentos nos prémios dos seguros, na medida em que não será necessário pagar preços tão elevados nas reparações dos automóveis sinistrados. Segundo a Comissão Europeia, a entrada em vigor da Directiva poderá fazer baixar os preços finais ao consumidor.

Mas as vantagens da liberalização neste domínio foram também referidas por um representante do Sindicato das Indústrias Eléctricas, que considerou que a liberalização poderá não só trazer mais estabilidade ao sector, mas também, com a expansão do mercado e a quebra nos custos, gerar empregos de maior qualidade.

Por sua vez, os representantes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial chamaram a atenção para o facto desta discussão estar agora a fazer-se na sequência da aplicação da Directiva 98/71, de 13 de Novembro de 1998, que já previa esta evolução, que é considerada pela Comissão Europeia a mais favorável para o sector das peças sobresselentes.

CONTACTOS DOS DEPUTADOS E ENDEREÇOS ÚTEIS

António Costa

Presidente da Delegação Socialista; Vice-presidente do Parlamento Europeu; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (efectivo)
Tel: 003222847399
Email: acosta@europarl.eu.int

Ana Gomes

Comissão dos Assuntos Externos (efectiva); Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente); Desenvolvimento (supl.); Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros (supl.)
Tel: 003222847824
Email: agomes@europarl.eu.int

Capoulas Santos

Comissão da Agricultura (efectivo); Comissão das Pescas (efectivo); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (supl.)
Tel: 003222847991
Email: mcapoulasantos@europarl.eu.int

Edite Estrela

Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (efectiva)
Tel: 003222847515
Email: eestrela@europarl.eu.int

Elisa Ferreira

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (efectiva); Comissão do Comércio Internacional (supl.)
Tel: 003222847164
Email: eferreira@europarl.eu.int

Emanuel Jardim Fernandes

Comissão dos Transportes e Turismo (efectivo)
Comissão do Desenvolvimento Regional (suplente)
Tel: 003222847649
Email: ejardimfernandes@europarl.eu.int

Fausto Correia

Comissão do Emprego e Assuntos Sociais (efectivo); Comissão dos Transportes e Turismo (supl.)
Tel: 003222847768
Email: fcorreia@europarl.eu.int

Francisco Assis

Comissão do Comércio Internacional (efectivo); Comissão dos Assuntos Externos (supl.); Sub-Comissão dos Direitos do Homem
Tel: 003222847770
Email: fassis@europarl.eu.int

Jamila Madeira

Comissão do Desenvolvimento Regional (efectiva); Comissão do Emprego e Assuntos Sociais (supl.)
Tel: 003222847898
Email: jmadeira@europarl.eu.int

Manuel dos Santos

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (efectivo); Comissão da Indústria, Investigação e Energia (supl.); Controlo Orçamental (supl.)
Tel: 003222847869
Email: mdossantos@europarl.eu.int

Paulo Casaca

Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos (efectivo); Comissão das Pescas (supl.)
Tel: 003222847336
Email: pcasaca@europarl.eu.int

Sérgio Sousa Pinto

Comissão dos Assuntos Constitucionais (efectivo); Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (supl.)
Tel: 003222847486
Email: pcsaca@europarl.eu.int

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu (com toda a informação sobre os contactos e actividades dos eurodeputados do PS)
www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu
www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu
www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista
www.ps.pt - Página do Partido Socialista
www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu
www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

Editor Paulo Pisco

Paginação Francisco Sandoval

Periodicidade Mensal

Tel. 213 822 000

Fax. 213 822 037

Email ppisco@ps.pt

Endereço Acção Socialista - Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa